

Fatores associados à pobreza da primeira infância no Brasil e Rio Grande do Sul

Esmeralda Correa Macana¹
Julio Matheus Donato da Costa²
Ely José de Mattos³

Resumo

Este artigo pretende caracterizar a pobreza da primeira infância no Brasil e no Rio Grande do Sul e os fatores associados que aumentam a chance da condição de pobreza nas crianças. Além disso, apresenta-se uma discussão teórica sobre a importância da primeira infância no desenvolvimento humano e da conceptualização da pobreza infantil, a qual é considerada como a privação da criança atingir seu potencial de desenvolvimento. Discute-se como o baixo status socioeconômico da família pode representar um fator de risco para a criança, em especial, via o risco nos investimentos da família na infância como em alimentos e em condições de moradia. Os resultados das estimações de um modelo *logit* apontam que para o Brasil e o Rio Grande do Sul a chance da criança ser pobre aumenta com o tipo de família monoparental e quando o domicílio apresenta condições de insegurança alimentar.

Palavras chaves: Pobreza infantil, família, segurança alimentar, fatores de risco.

Abstract

This article aims to characterize early childhood poverty in Brazil and Rio Grande do Sul as well as to analyze associated factors that increase the odds ratio of child poverty. In addition, it presents a discussion about the importance of early childhood in human development and conceptualization of child poverty, which is considered as the deprivation of children achieve their development potential. It discusses how the low socioeconomic status of the family may represent a risk factor for children, especially via the risk in family's investments in children as food and housing conditions. The results show that for Brazil and Rio Grande do Sul the odds ratio of the child being poor increases with the single-parent family and with food insecurity conditions.

Keywords: Child poverty, family, food insecurity, risk factor

Classificação JEL: I31, I32

Área 2: Desenvolvimento Econômico

1. Introdução

O cuidado da primeira infância – o período de zero a seis anos – constitui a base de oportunidades para o desenvolvimento e bem-estar comum da sociedade. A primeira infância é fundamental porque constitui o período sensível para a formação de habilidades estruturais, que representa o período de tempo em que as crianças são mais suscetíveis e receptivas a estímulos e experiências que definem o padrão de seu desenvolvimento. Até os três anos de idade ocorre principalmente o crescimento acelerado das sinapses cerebrais e que define como as crianças processam informações e aprendem (SHORE, 2000); aos seis anos o potencial de linguagem e características principais de sua personalidade são definidas assim como alguns

¹ Professora da Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -PUCRS
Av. Ipiranga, 6681 - Partenon - Porto Alegre/RS - CEP: 90619-900. Email: esmeralda.macana@puccrs.br

² Bacharel em Ciências Econômicas (PUCRS). Email: julio.matheus@acad.puccrs.br

³ Professor do Programa de Pós-graduação em Economia da PUCRS. Email: ely.mattos@puccrs.br

contornos de sua autoestima e seu sentido de moralidade e empatia (BEE, 2003). Assim, a ausência de adequados estímulos no tempo em que são necessários pode levar as crianças a seguir trajetórias com déficits em seu desenvolvimento e criar desigualdades entre seus pares e futuramente na vida adulta.

O desafio que deve ser enfrentado é que atualmente muitas crianças estão expostas a múltiplos riscos que criam um cenário de vulnerabilidade para seu desenvolvimento integral, como é a pobreza, a desnutrição, a violência, a precariedade de infraestrutura de moradia, a falta de redes de cuidado e educação e a ausência de estímulos no ambiente familiar.

No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2006, 56% das crianças de até seis anos vivem em famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo por mês (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF, 2008). A pobreza monetária, apesar de não determinar completamente a vulnerabilidade infantil, pode estar correlacionada a privações em outras dimensões do bem-estar, como por exemplo, a saúde (DE SOUZA e SUARES, 2011). Famílias pobres apresentam maior prevalência de insegurança alimentar e essa condição pode estar associada com inadequados índices antropométricos⁴ das crianças menores de cinco anos (MONTEIRO et al., 2014).

Crianças pobres vivem em ambientes mais hostis e inseguros, com efeitos diretos na redução da qualidade de alimentos, precárias condições de habitação e menores cuidados de saúde. Indiretamente, a pobreza afeta as crianças por tornar a vida dos pais mais difícil. Os pais de famílias pobres tendem a prover menores estímulos a seus filhos e a serem menos responsivos a suas necessidades (FRASER, 1997).

A estimativa para países em desenvolvimento é que existem mais de 200 milhões de crianças menores de cinco anos que não conseguiram atingir seu potencial de desenvolvimento cognitivo devido a problemas associados com a pobreza, deficiências de saúde, acesso à educação e falta de cuidados no lar (GRANTHAM-McGREGOR et al., 2007). Esse déficit de potencial se refere à relação entre o atual nível de desenvolvimento da criança e que não corresponde ao que poderia ter alcançado em um ambiente estimulante.

Da mesma forma, aumenta o número de crianças que enfrentam desafios em seus lares, seja pela ausência de algum dos pais, por separações e divórcios ou por negligências ainda quando convivem ambos os pais. Os resultados dessas circunstâncias configuram parte da vulnerabilidade infantil. Crianças que crescem em ambientes adversos e com privações têm maior probabilidade de que no curto prazo apresentem déficits de aprendizagem e no longo prazo que apresentem maior chance de consumo de álcool e drogas assim como envolvimento com o crime (SCHOON, 2006). Desta forma, a problemática que enfrentam atualmente as crianças têm impactos na transmissão intergeracional da pobreza, podendo configurar a pobreza crônica de um país.

Nesse contexto, torna-se relevante pesquisas que analisem e caracterizem o estado de bem-estar da primeira infância no Brasil. Desta forma, este artigo tem como objetivo analisar os fatores associados à pobreza da primeira infância no Brasil e no Rio Grande do Sul e que podem representar fatores de risco para o pleno desenvolvimento da infância. Assim, a partir de uma análise estatística e de estimação de um modelo *logit* com dados da PNAD de 2013, pretende-se explorar os fatores que aumentam as chances das crianças se encontrem na condição de pobreza. Dentro desses fatores, analisam-se variáveis associadas à família (estrutura, infraestrutura das moradias e insegurança alimentar), já que se considera o espaço mais imediato de dependência da criança e com maior poder explicativo do seu bem-estar (CORREA MACANA e COMIM, 2015).

Desta forma, após esta introdução, na segunda seção discute-se a importância da primeira infância no desenvolvimento humano e o papel da família; posteriormente, apresentam-se as abordagens na conceptualização da pobreza e, particularmente, a caracterização da pobreza na primeira infância. Na quarta seção, apresenta-se a metodologia usada e finalmente são discutidos os resultados.

⁴ A classificação do estado nutricional pode ser realizada por meio de índices antropométricos. O índice é a combinação entre duas medidas antropométricas (por exemplo, peso e altura) ou entre uma medida antropométrica e uma medida demográfica (por exemplo, peso por idade, altura por idade).

2. Importância da primeira infância no desenvolvimento humano

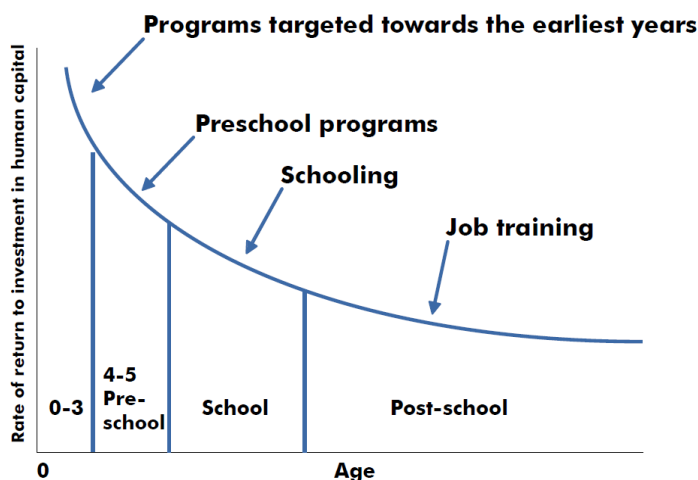
A primeira infância é crucial porque constitui o período sensível para a formação de habilidades, que representa o período de tempo em que as crianças são mais suscetíveis e receptivas a estímulos e experiências e que definem seu padrão de desenvolvimento. Até os três anos de idade ocorre principalmente o crescimento acelerado das sinapses cerebrais e que define como as crianças processam informações e aprendem (SHORE, 2000); aos seis anos o potencial de linguagem e características principais de sua personalidade são definidas assim como alguns contornos de sua autoestima e seu sentido de moralidade e empatia (BEE, 2003); e aos dez anos é o limiar em que pode-se estabilizar o Quociente de Inteligência (QI) já tendo atingido seu nível máximo (CUNHA; HECKMAN, 2011).

Na primeira infância ocorre o desenvolvimento de habilidades cognitivas e não cognitivas, as quais são determinantes para resultados e qualificações em idades posteriores, como o desempenho escolar, regulação das emoções, habilidades sociais, ganhos salariais e sucesso profissional (GRANTHAM-McGREGOR et al., 2007).

Essa distinção de habilidades tem sido central na nova abordagem de capital humano fundamentada por James Heckman, prêmio Nobel de economia no ano 2000. Por um lado, as habilidades cognitivas são relacionadas à dimensão intelectual, à capacidade de resolução de problemas, habilidades verbais, de leitura e de escrita (CUNHA; HECKMAN, 2011). Por outro lado, as habilidades não cognitivas são definidas como os traços da personalidade, referente ao padrão de pensamento, sentimentos e comportamento e que marcam a diferença de uma pessoa para outra, independente do contexto de valores socioculturais em que estejam inseridas (BORGHANS et al., 2008). Heckman (2008, p. 296) especificamente menciona que as habilidades não cognitivas tratam da “motivação, regulação socioemocional, preferências de tempo, fatores de personalidade e a habilidade de trabalhar com outros”. São traços distintivos como a perseverança, sociabilidade, autoestima, autocontrole, autoconfiança e conscientização (CUNHA; HECKMAN, 2011).

Os trabalhos de Heckman e colaboradores demonstram que investimentos na primeira infância geram maiores retornos de capital humano. Cada dólar investido na educação infantil (em programas que incluem a família) de crianças pobres tem um retorno de 7% a 10% ao ano, dado que estas intervenções aumentam a probabilidade de que as crianças que crescem em contextos difíceis concluam seus estudos, acessem a educação universitária ou porque diminui as chances de se envolverem no crime e nas drogas (Figura 1) (CUNHA; HECKMAN, 2011). Conforme se observa na Figura 1, a taxa de retorno de investimento no capital humano tende a diminuir com o passar dos anos da pessoa e, portanto, os investimentos tornam-se mais onerosos.

Figura 1 - Taxa de retorno para investimento em capital humano



Fonte: Heckman (2008a, p. 52)

Heckman et al. (2010) mencionam que os programas de intervenção com crianças de famílias pobres têm tido maiores impactos no desenvolvimento de habilidades não cognitivas comparado com os efeitos na dimensão cognitiva. Isso se deve a que estas são mais maleáveis até idades mais tardias e, portanto, são mais facilmente modificáveis do que as cognitivas. As habilidades não cognitivas tem sido responsáveis por impactos em termos de melhoramento de atitudes e comportamento, diminuição da repetência, diminuição do crime e a delinquência e aumento da chance de estudos universitários (CUNHA; HECKMAN, 2011).

Essas pesquisas mostram que intervenções na primeira infância, especialmente em crianças pobres, podem modificar o trajeto do desenvolvimento e contribuir à formação de qualidades de resiliência (embora Heckman não fale muito desse conceito) para que as crianças, ainda que expostas a ambientes de risco, possam alterar esse padrão, superar a pobreza e se desenvolver plenamente.

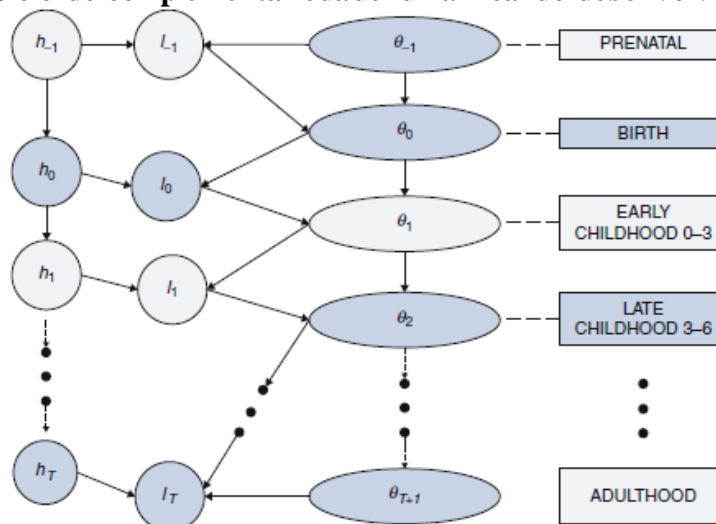
Heckman e Conti (2014) apresentam o modelo de complementariedade dinâmica que ocorre na primeira infância e que é importante para vencer as barreiras ao desenvolvimento humano. Segundo os autores:

A complementariedade pode ocorrer dentro de uma certa dimensão (crianças mais espertas são melhores aprendizes), ou através de diferente dimensão (crianças mais motivadas são melhores aprendizes).

[...]. Esta complementariedade dinâmica surge porque investimentos nas idades iniciais resultam em investimentos mais produtivos. Em outras palavras um alto investimento inicial irá promover habilidades em períodos posteriores, o que no caso incrementa a produtividade de investimentos mais tardios, e isto acontece porque o período 0 e o período 1 são complementares (Heckman e Conti, 2014, p. 375).

A efetividade dos investimentos iniciais, no entanto, também dependerá da sequência de adequadas aplicações de recursos, desde a etapa inicial até outros degraus do desenvolvimento individual. Segundo Heckman e Conti (2014, p.376),¹⁵ “Assim, intervenções nos primeiros anos de vida não são suficientes. Para ser efetivo, eles precisam seguir na qualidade da educação escolar e nas práticas parentais. ”

Figura 2 – Ciclo de complementariedade dinâmica do desenvolvimento humano



Fonte: Heckman e Conti (2014, p.376)

A Figura 2 ilustra como ocorre a formação de capacitações a partir da complementariedade dinâmica, sendo θ_{t+1} o status de capacitações no período final, I_t são os investimentos dos pais em tempo dedicado às crianças ou em recursos para educação, saúde, moradia etc, h_t é o ambiente externo e θ_t^P são os traços parentais. Isto pode-se expressar como: $\theta_{t+1} = \theta_t, I_t, h_t, \theta_t^P$. Assim, o processo dinâmico acontece na medida em que os investimentos e o ambiente das crianças em idades iniciais, inclusive desde o útero materno, geram um determinado status de capacitações, que tornam, por sua vez, investimentos posteriores mais produtivos estruturando capacitações cada vez mais complexas e assim sucessivamente.

O desenvolvimento infantil integral, compreendendo todo o conjunto de suas dimensões é fundamental para o desenvolvimento humano, não só por seus retornos econômicos em longo prazo, por atingir um elevado desempenho cognitivo, mas por seus resultados no bem-estar comum da sociedade, formando cidadãos mais conscientes, ativos, participativos e com qualidades pro sociais como a cooperação, a solidariedade e o altruísmo (CORREA MACANA, 2014).

De modo geral, a preocupação pela primeira infância transborda a um cenário mais amplo de construção social em que existam adequadas interações e ações pelo bem comum. Assim, o objetivo é que as pessoas possam contribuir dentro da esfera social sendo um bom trabalhador, um bom amigo, vizinho, pai ou mãe e, em geral, um bom cidadão, mas para alcançar esse objetivo deve-se cuidar das crianças de hoje porque constituirão as pessoas e a sociedade do futuro (PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO - PNUD, 2014).

2.1. O papel da família no desenvolvimento da primeira infância

O desenvolvimento infantil é o resultado da interação de diversos aspectos biológicos e do ambiente social onde as crianças crescem. Os aspectos biológicos se definem pela programação genética, qualidades inatas e por processos de maturação físicos que são considerados universais, que são comuns na população geral; por exemplo, as crianças começam a caminhar a determinada idade e apresentam etapas do desenvolvimento motor parecidas (SHONKOFF; PHILLIPS, 2000; GARBARINO; ABRAMOWITZ, 1992). As variáveis biológicas estabelecem as diferenças *individuais* que estão associadas ao temperamento da criança (calmo-irritadiço, reflexivo-impulsivo, tímido-sociável) e a outras características como a inteligência, a personalidade e as tendências psicopatológicas (BEE, 2003).

Ainda que os padrões de desenvolvimento biológico sejam aparentemente automáticos, estes são influenciados por aspectos ambientais. Por exemplo, as mudanças no organismo ocorrem naturalmente, no entanto, uma adequada alimentação e atividade física são fundamentais nesse processo. Assim, considerar a interação e a complementaridade entre a natureza (biologia) e o ambiente é importante no entendimento do desenvolvimento infantil. Um mesmo ambiente pode ter efeitos distintos em crianças com características diferentes. De igual forma, diferentes ambientes criam resultados distintos na mesma criança (SHONKOFF; PHILLIPS, 2000).

No desenvolvimento das crianças na primeira infância, os espaços de socialização mais importantes são as famílias. A família constitui o espaço mais imediato da criança e, portanto, é aquele que exerce maior influência no seu desenvolvimento. Este espaço é responsável por potencializar – ou por frustrar – as qualidades das crianças e por oferecer o contexto mais adequado para esse objetivo. A família ajuda a definir os fatores de proteção e também os fatores de risco para as crianças através de suas práticas e estilos parentais. Desta forma, a família tem um papel fundamental no desenvolvimento humano, influenciando em grande parte na formação de habilidades cognitivas e socioemocionais do indivíduo e na construção de uma sociedade com respeito à dignidade humana e ao bem comum (CORREA MACANA e COMIM, 2015).

Para Heckman (2008a, 2008b), um primeiro fator gerador de desigualdades de habilidades é o que ele denomina “o acidente do nascimento”, não tanto pelos fatores geneticamente herdados, mas no sentido em que existem diferentes ambientes familiares e que podem ter impactos distintos nas crianças. O ambiente familiar influencia a formação de habilidades cognitivas e socioemocionais e, portanto, elas não são definidas totalmente pelos genes. Assim, o grau de estímulo dessas habilidades em meio à família pode representar um diferencial entre as crianças, gerando desigualdades ao longo da vida.

Mas as famílias devem contar com o apoio das condições sociais, políticas e institucionais para que elas possam exercer adequadamente seu papel de cuidado. O bem-estar das crianças define-se também pelo grau de suporte social com que contam as famílias. Interações adequadas da família com outros microssistemas tais como a escola ou a comunidade fazem parte do cuidado das crianças. Deve-se, portanto, incentivar uma complementaridade e a sinergia entre os diferentes espaços que afetam o desenvolvimento infantil.

3. Conceptualização da Pobreza

Tradicionalmente a pobreza é associada a condições monetárias, considerando-se pobres todos aqueles cuja renda é igual ou inferior a uma referência chamada linha da pobreza, a qual é estabelecida conforme padrões mínimos de vida pré-estabelecidos em cada sociedade.

As medidas mais usuais da pobreza monetária são as que caracterizam a incidência e a intensidade da pobreza. A primeira refere-se à proporção de pobres, que mede a extensão da pobreza como a razão entre as pessoas que vivem a abaixo da linha da pobreza e o total da população. A segunda corresponde à razão de insuficiência de renda, que indica o nível no qual a pessoa pobre está situada abaixo da linha da pobreza, ou seja, mede a distância em que estão as pessoas pobres em relação à linha de pobreza (DEATON, 1997).

Estas medidas, apesar de serem muito utilizadas, são limitadas ao considerar a insuficiência de renda como única dimensão na caracterização da pobreza. O problema é que estas medidas não revelam muito sobre o tipo de vida que levam as pessoas, de quais são suas reais privações, ou quais são os aspectos que valorizam como parte de seu bem-estar e que são constrangidos por diversas deficiências, tanto sociais, políticas, econômicas como de caráter pessoal ou ambiental, que não se referem exclusivamente a restrições de renda.

Uma visão mais ampla da pobreza é apresentada por Amartya Sen (2000, p. 109), quem argumenta que “a pobreza deve ser vista como privação de capacitações básicas em vez de meramente como baixo nível de renda”. Desde esse ponto de vista, uma pessoa é considerada pobre quando é impossibilitada de desfrutar de um conjunto de vetores de funcionamentos (elementos constitutivos do ser da pessoa) que representam diferentes estados do ser e fazer (“beings e doings”) da pessoa, como desfrutar de uma boa saúde, estar bem alimentado, não ser discriminado, ter acesso a uma educação de qualidade, etc. Além disso, uma pessoa é considerada pobre quando lhe é negada a oportunidade e a liberdade de escolher o próprio estilo de vida e a combinação de funcionamentos que ela valora.

Conforme a Abordagem das Capacitações (AC) fundamentada por Amartya Sen e Martha Nussbaum, o bem-estar humano é considerado como uma combinação de vários funcionamentos e capacitações. Por um lado, os funcionamentos dizem respeito ao que as pessoas consideram importante “ser e fazer”, que compreende desde aspectos elementares como ser adequadamente nutrido, ser saudável, ser instruído até aspectos mais complexos como o auto-respeito, o trabalho ou participação política. Por outro lado, as capacitações representam o que as pessoas podem realmente ser e fazer, o qual inclui a oportunidade de escolha para definir o que é melhor para si e que reflete a liberdade para atingir várias combinações de funcionamentos (SEN, 2000, 2001). Portanto, a pobreza associa-se aos diversos funcionamentos que a pessoa não pode alcançar dada a ausência de oportunidades e opções de escolha. De forma geral, representa a privação do bem-estar humano, ou seja, a restrição de exercer as liberdades para alcançar fins importantes do indivíduo.

A distinção entre funcionamento e capacitação se faz evidente entre o que é realizado e o que é efetivamente possível (ROBEYNS, 2005). As capacitações são as liberdades que se têm para selecionar (*freedom to choose*), enquanto o funcionamento refere-se à capacitação em seu ponto final, a uma realização ou uma capacitação concretizada (NUSSBAUM, 2011).

Na AC o funcionamento atingido por uma pessoa não é o único relevante para refletir o bem-estar, mas também a capacidade de escolher e discriminar entre possíveis estilos de vida que a pessoa valoriza

(COMIM, 2001). Essa ênfase na liberdade de escolha reflete o aspecto da agência da pessoa, o qual se refere à autonomia para buscar seus próprios objetivos e valores, estejam estes de acordo ou não ao seu próprio bem-estar (SEN, 2001).

3.1. Pobreza na primeira infância

Amartya Sen menciona que “as potencialidades do ser humano ultrapassam em muito as suas realizações”. Para o autor, essa tensão entre uma referência de potencialidade humana em contraste com a experiência de vida em circunstâncias determinadas constitui o ponto central de análise na abordagem do desenvolvimento humano. Privações como a ausência de cuidados mínimos de saúde, educação, carências socioeconômicas, desrespeito e “outros ventos “hostis” podem frustrar totalmente os seres humanos, a despeito do seu potencial de “ascender às alturas”” (SEN, 2003 p. vii).

Baseado nessa tensão citada por Sen e que gera um *gap* entre as realizações (o que de fato se concretiza) e o potencial de desenvolvimento do ser humano (o que poderia ter ocorrido no melhor cenário), a pobreza na primeira infância pode ser caracterizada como a privação da criança em atingir seu potencial de desenvolvimento em seus diferentes funcionamentos e capacitações. Isto ocorre dada a complementariedade dinâmica do processo de desenvolvimento, ou seja, a deficiência no cuidado de uma dimensão de bem-estar da criança em um período de tempo pode encadear déficits em outras dimensões no transcurso do tempo e, portanto, distanciar a possibilidade de atingir o pleno desenvolvimento.

As privações que limitam o potencial de desenvolvimento da criança podem estar associadas a múltiplos fatores e não unicamente à dimensão monetária, como o nível de renda das famílias das crianças. Muitas famílias, por exemplo, tendo condições financeiras, podem ter dificuldades em converter seus recursos em capacitações humanas e que seria uma das críticas de Amartya Sen em usar exclusivamente medidas monetárias da pobreza. Em famílias ricas não necessariamente existem pais participativos e não se exclui a possibilidade de terem pais ou cuidadores negligentes. Pais podem suprir as necessidades básicas das crianças, mas não suas necessidades cognitivas e socioemocionais através de adequados estímulos afetivos.

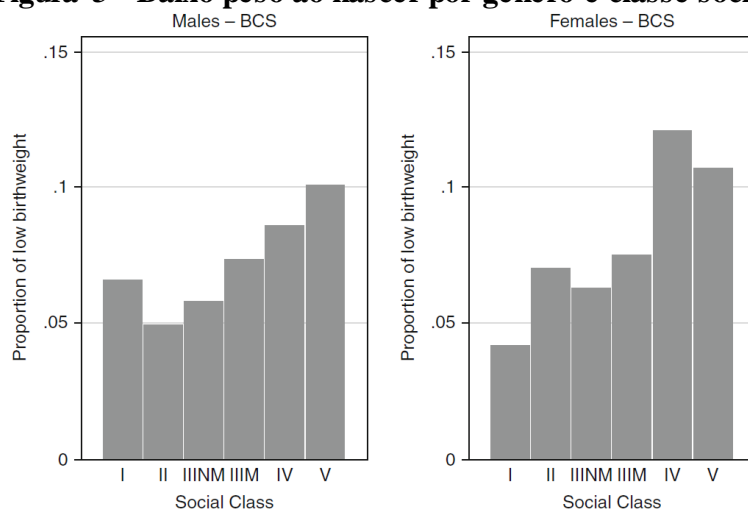
As privações que podem frustrar as possibilidades das crianças de atingirem seu pleno desenvolvimento são relacionadas a carências em múltiplas dimensões, como precários cuidados de saúde, falta de estímulos afetivos, deficiências nutricionais, déficit das condições de moradia entre muitas outras. Apesar da pobreza na primeira infância ter um caráter multidimensional e ser um assunto muito mais complexo, as crianças que vivem com famílias de baixo status socioeconômico podem estar expostas a maiores riscos e comprometer seu pleno bem-estar.

Segundo Bradley e Corwyn (2002), o baixo status socioeconômico das famílias que se define por variáveis de renda, escolaridade e o status laboral dos pais pode impactar negativamente o bem-estar das crianças por dois canais e que são explicados por dois tipos de modelos. O primeiro, denominado de modelo de estresse familiar (*family stress model* – FSM) argumenta que as dificuldades financeiras podem afetar as relações entre o casal e as interações entre pais e filhos e, conseqüentemente, podem ter impactos no desenvolvimento das crianças. O segundo, chamado de modelo de investimento (*investment model* – IM) aponta o status socioeconômico como vantagem (ou também desvantagem) para o desenvolvimento infantil ao influenciar os investimentos dos pais, determinando a provisão de necessidades básicas como alimentos, vestuário, cuidados de saúde, moradia, educação escolar assim como materiais e atividades de aprendizagem. Esses investimentos estão associados com os resultados cognitivos e socioemocionais das crianças desde o nascimento até a vida adulta (BRADLEY; CORWYN, 2002).

Na Figura 3 apresentam-se evidências da relação de status socioeconômico da família e a saúde infantil para o caso da Inglaterra. Considerando uma classificação de classe social sendo I a mais alta e V a mais baixa de acordo com atividades profissionais, observa-se que para ambos os sexos há uma relação

negativa quanto ao peso da criança no nascimento em famílias de classe social baixa. Quando se compara a classe mais baixa com a mais alta há quase o dobro de chances de a criança nascer abaixo do peso em famílias em desvantagem.

Figura 3 - Baixo peso ao nascer por gênero e classe social

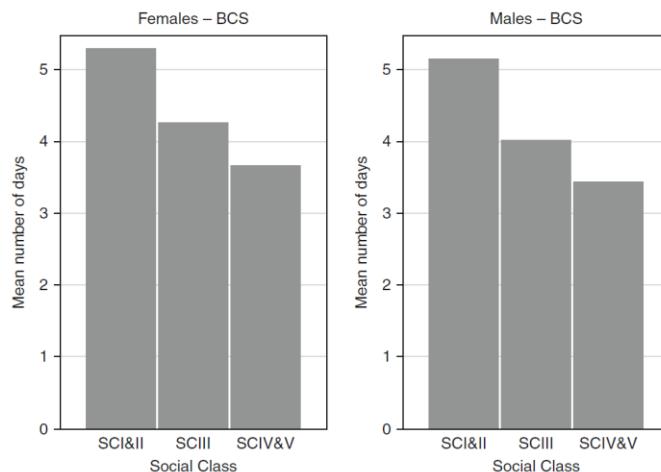


Fonte: Heckman e Conti (2014, p. 372)

Nota: Os dados são de um corte de crianças nascidas em 1970 cuja base de dados é do British Cohort Study (BCS)

Na Figura 4 observa-se também a relação entre o status socioeconômico das famílias e a educação em idades iniciais das crianças quanto ao hábito de leitura. Verifica-se que as crianças nascidas em famílias de classes sociais baixas (IV e V), em torno da idade de 5 anos, tendem a ler dois dias a menos por semana do que crianças criadas em famílias com maiores vantagens econômicas (I e II).

Figura 4 - Quantidade de dias de leitura na última semana por gênero e classe



Fonte: Heckman e Conti (2014, p. 373)

Nota: Os dados são de um corte de crianças nascidas em 1970 cuja base de dados é do British Cohort Study (BCS)

Analisar a pobreza na infância também remete a uma discussão da pobreza crônica dada seu caráter intertemporal. Conforme Hulme e Shepherd (2003, p.405), a pobreza crônica “[...] pode ser observada quando um indivíduo experimenta privações significativas de suas capacitações por um período ininterrupto de cinco anos ou mais” De outra forma, McKay e Lawson (2003, p. 434) entendem que “a cronicidade da pobreza pode ser definida pela extensa duração em que um indivíduo sofre privações em suas capacidades”.

Outra característica à pobreza crônica é seu caráter intergeracional. Hulme e Shepherd (2003, p. 407), mencionam que quanto mais tempo um indivíduo permanece em estado de pobreza, maior será sua probabilidade de permanecer pobre durante a vida toda, podendo ainda transmitir essa condição às gerações subsequentes. Nestes termos, em sua dimensão mais estrita, a cronicidade da pobreza está ligada a elementos temporais que estão seguramente refletidos em questões intergeracionais.

Nesse contexto, a pobreza na primeira infância pode criar um processo de complementariedade dinâmica negativa que leva a uma cronicidade da pobreza, dada a exposição a fatores de risco nos períodos sensíveis da infância e que compromete a formação de capacitações estruturais, que definem outras dimensões e o padrão de desenvolvimento posterior.

4. Metodologia

Para analisar os fatores associados à pobreza na primeira infância e que podem constituir fatores de risco para o desenvolvimento pleno da criança, será usado o método de estimação de probabilidade de resposta binária ou função logística (*logit*), cuja variável dependente é se a criança encontra-se ou não na condição de pobreza.

O modelo *logit* diferencia-se do modelo de regressão linear pela natureza da relação entre as variáveis dependente e independente (HOSMER e LEMESHOW, 2000). Na regressão linear a relação que se estima é a média condicional da variável dependente (Y), dado o valor da variável independente (x), e cuja média $E(Y|x)$ pode tomar qualquer valor entre $-\infty$ e $+\infty$. Essa relação linear se expressa da seguinte forma:

$$E(Y|x) = \beta_0 + \beta_1 x$$

Usando variáveis dependentes binárias (*dummy*), a média condicional assume valores entre zero e um ($0 \leq E(Y|x) \leq 1$) para todos os valores de x . Assim, para garantir que a probabilidade de resposta em uma variável binária esteja entre zero e um é usada a função de distribuição acumulativa logística. A especificação do modelo de regressão logística é:

$$\pi(x) = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 x}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 x}}$$

A expressão $\pi(x)$ representa $E(Y|x)$ quando a distribuição logística é usada. O importante aqui é realizar a transformação logística da expressão anterior que é não linear para conter as propriedades desejáveis do modelo de regressão linear. Assim:

$$g(x) = \frac{\pi(x)}{1 - \pi(x)} = \beta_0 + \beta_1 x$$

No modelo *logit*, a distribuição dos erros seguem uma distribuição binomial e não normal e cuja média é zero e variância igual a $\pi(x)[1 - \pi(x)]$.

Os parâmetros β_0 e β_1 do modelo *logit* são estimados através do modelo máxima verossimilhança. De forma geral, este método permite obter valores para parâmetros desconhecidos que maximiza a probabilidade de obter o conjunto de dados observados. Com a função de máxima verossimilhança expressa-se a probabilidade dos dados observados como uma função de parâmetros desconhecidos. Assim, os estimadores destes parâmetros são os valores que maximizam a função.

Para a interpretação dos coeficientes em conta duas questões: i) a relação funcional entre as variáveis e ii) a unidade da variável independente. Além disso, Hosmer e Lemeshow (2000) introduzem o conceito de *odd ration* (OR) ou razão de chance como uma forma de facilitar a interpretação. A OR indica quantas vezes é mais provável que a variável resultado (dependente) assuma a condição, como por exemplo, ser pobre, dada os valores assumidos pelas variáveis independentes. Quando se trata de variáveis independentes binárias, a OR indica em quanto aumenta as chances da condição ($y = 1|x$) ocorrer entre estes com $x = 1$ comparativamente com $x = 0$. Se o OR é menor a 1 significa que as chances da condição estar presente é menor entre $x = 1$ comparativamente com $x = 0$. Para o caso de variáveis independentes contínuas a interpretação dependerá da unidade da variável. Nesse caso se a razão de chance OR é superior a 1 significa em quanto aumenta o risco da condição ($y = 1|x$) ocorrer dada uma unidade de mudança em x . Em caso contrário, se a OR é inferior a 1, indica que a probabilidade da condição ($y = 1|x$) ocorrer diminui dada uma mudança em uma unidade de x .

4.1. Dados e procedimentos analíticos

Para estudar os fatores associado à pobreza na infância será estimado a probabilidade condicional da criança ser pobre denotado por $P(y = 1|x) = \pi(x)$, dado um conjunto de variáveis explicativas tais como: i) características da criança tais como gênero e raça; ii) estrutura familiar e número de pessoas no domicílio; iii) educação tanto relacionado à pessoa de referência quanto ao acesso da criança à creche ou pré-escola; iv) infraestrutura da moradia como tipo de paredes, se tem água encanada, banheiro, destino do lixo etc; e v) segurança alimentar do domicílio onde vive a criança (Tabela 1).

A população de primeira infância é definida considerando a idade de 0 a 5 anos e 11 meses. O critério para considerar as crianças pobres se define como aquelas que vivem em domicílios cuja renda per capita mensal é inferior a R\$140,00⁵. Apesar de ser um critério monetário, a análise é mais ampla ao caracterizar os fatores associados a essa condição e que estão, por sua vez, limitando as possibilidades da criança atingir seu potencial de desenvolvimento.

Por outro lado, as variáveis independentes foram incluídas considerando as evidências da literatura citadas na seção anterior com respeito, por exemplo, ao papel da família na primeira infância. Condições sofridas pela família são transferidas às crianças em menores estímulos afetivos e também nos menores investimentos em termos de infraestrutura das moradias, acesso a educação, saúde e alimentação (CORREA MACANA e COMIM, 2015).

Os dados usados na análise são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2013. A análise considerada o desenho amostral da PNAD, para o qual usa-se os dados ponderados pelo peso da pessoa, para tornar as análises representativas a nível populacional. Por outro lado, as análises buscarão uma comparação dos fatores associados à pobreza no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Tabela 1 – Variáveis explicativas

Variável	Abreviação	Tipo de variável e Categoria
Gênero	genero	1 mulher 0 homem
Raça	raça	0 branca 2 indígena 4 preta 6 amarela 8 parda 9 sem declaração
Registro civil	registro	2 sim 4 não 6 não sabe

⁵ Atualmente a linha de pobreza no Brasil é de R\$154,00 para pobres e R\$77,00 para extrema pobreza. Trabalhou-se com a anterior referência dado que os dados usados são da PNAD 2013 enquanto a nova linha foi estipulada em 2014.

Tipos de família	familia	2 Casal com todos os filhos menores de 14 anos 3 Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais 4 Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais 6 Mãe com todos os filhos menores de 14 anos 7 Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais 8 Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais 10 Outros tipos de família 11 casal sem filhos
Número de pessoas na família	np_domicilio	contínua
Nível de escolaridade pessoa de referência	edu_p_ref	1 Sem instrução 2 Fundamental incompleto ou equivalente 3 Fundamental completo ou equivalente 4 Médio incompleto ou equivalente 5 Médio completo ou equivalente 6 Superior incompleto ou equivalente 7 Superior completo 8 Não determinado
Tipo de domicílio	tipo_dom	2 Casa 4 Apartamento 6 Cômodo
Material das paredes	tipo_parede	1 Alvenaria 2 Madeira aparelhada 3 Taipa não revestida 4 Madeira aproveitada 5 Palha 6 Outro material
Tem banheiro	banheiro	1 sim 0 não
Destino do lixo	des_lixo	1 Coletado diretamente 2 Coletado indiretamente 3 Queimado ou enterrado na propriedade 4 Jogado em terreno baldio ou logradouro 5 Jogado em rio, lago ou mar 6 Outro destino
Formas de abastecimento de água	agua_abast	1 Rede geral com canalização interna 2 Poço ou nascente com canalização interna 3 Outra procedência com canalização interna 4 Rede geral sem canalização interna 5 Poço ou nascente sem canalização interna 6 Outra procedência sem canalização interna
Os moradores tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida	seg_alimentar 1	1 sim / 0 não
Os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida	seg_alimentar 2	1 sim / 0 não
Os moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada	seg_alimentar 3	1 sim / 0 não
Os moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou	seg_alimentar 4	1 sim / 0 não
Algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida	seg_alimentar 5	1 sim / 0 não
Algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida	seg_alimentar 6	1 sim / 0 não
Alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade porque não havia dinheiro para comprar comida	seg_alimentar 7	1 sim / 0 não
Alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida	seg_alimentar 8	1 sim / 0 não
Alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida	seg_alimentar 9	1 sim / 0 não
Alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida	seg_alimentar 10	1 sim / 0 não

Fonte: Elaborado pelos autores

5. Resultados

5.1. Análise descritiva

No Brasil há 16.030,256 crianças, sendo 2.085,823 consideradas pobres, representando 13,01% da população analisada. No Rio Grande do Sul há 57.471 crianças consideradas pobres e na primeira infância, com proporção de 7,61% (Tabela 2). Das crianças pobres do Brasil, 61,5% moram na região urbana e a maioria é parda (61,60%). No Rio Grande do Sul a pobreza na primeira infância é muito menor comparado ao nível nacional e centra-se nas áreas urbanas (81,5%) e a pobreza infantil rural é em uma proporção quase a metade do que a nível nacional (sendo de 38,47%).

Tabela 2 – Caracterização da primeira infância entre pobres e não-pobres por gênero, área de moradia e raça (%) para o Brasil e o RS

	Não-pobres	Pobres	Total	Significância Chi2
Pobreza na primeira infância				
Brasil	86,99	13,01		Pr = 0.000
Pobreza na primeira infância				
Rio Grande do Sul	92,39	7,61		Pr = 0.000
Área de moradia				
Brasil				Pr = 0.000
Rural	13,42	38,47	16,68	
Urbano	86,56	61,52	83,31	
Rio Grande do Sul				Pr = 0.000
Rural	11,35	18,47	11,90	
Urbano	88,65	81,52	88,11	
Gênero				
Brasil				Pr = 0.000
Masculino	51,17	50,54	51,09	
Feminino	48,83	49,46	48,91	
Rio Grande do Sul				Pr = 0.272
Masculino	53,96	54,20	53,98	
Feminino	46,04	45,80	46,02	
Raça				
Raça Brasil				Pr = 0.000
Branços	51,43	30,26	48,68	
Pretos	4,67	6,16	4,87	
Pardos	43,27	61,60	45,65	
Indígenas	0,30	1,84	0,50	
Rio Grande do Sul				Pr = 0.000
Branços	82,51	70,78	81,61	
Pretos	3,80	3,75	3,80	
Pardos	13,55	21,80	14,18	
Indígenas	0,07	3,67	0,34	

Fonte: elaborado pelos autores com dados da PNAD 2013

Na Tabela 3, apresenta-se o ranking entre os estados brasileiros quanto à pobreza da primeira infância. O estado com maior pobreza infantil é o Maranhão e abaixo do estado do Amapá, todos os outros estados possuem uma porcentagem menor de pobres na infância do que o agregado nacional. Todos os estados da região sul encontram-se neste grupo abaixo da média nacional de 13,01%.

Tabela 3 – Ranking de pobreza na primeira infância por UF (%)

Unidade da Federação	% pobres na primeira infância por ranking de UF
Maranhão.....	35,71%
Alagoas.....	24,90%
Ceará.....	23,30%
Acre.....	22,91%
Amazonas.....	22,81%
Bahia.....	22,29%
Piauí.....	22,29%
Pernambuco.....	21,72%
Pará.....	21,25%
Paraíba.....	18,45%
Rio Grande do Norte.....	16,59%
Tocantins.....	16,21%
Sergipe.....	15,11%
Amapá.....	14,06%
Roraima.....	12,13%
Rondônia.....	10,31%
Espírito Santo.....	9,34%
Rio de Janeiro.....	8,17%
Rio Grande do Sul.....	7,61%
Minas Gerais.....	7,21%
Mato Grosso do Sul.....	7,20%
Mato Grosso.....	6,81%
Goiás.....	5,99%
São Paulo.....	5,53%
Distrito Federal.....	5,46%
Paraná.....	4,27%
Santa Catarina.....	4,00%
Brasil.....	13,01%

Fonte: Elaboração do autor com base PNAD (2013).

Com respeito às características das famílias das crianças, percebe-se que elas moram em sua maioria em famílias biparentais, sendo a nível nacional 63,51% e 63,34% no estado do Rio Grande do Sul. Dessa proporção 52,6% e 39,9% são pobres respectivamente. Um dado interessante é que 34,7% das crianças pobres na primeira infância do RS vivem em lares monoparentais, que é uma porcentagem maior do que da região sul (30,46%) e que a nível nacional (23,03%). Outra observação é que os pobres possuem maior representação em famílias monoparentais.

Tabela 4 – Formação familiar biparental e monoparental na primeira infância (%)**

	Não-pobres	Pobres	Total	P-valor
	%	%	%	
Tipo de família com filhos - Biparental				
Brasil	65.14	52.60	63.51	Pr = 0.000
Rio Grande do Sul	65.27	39.94	63.34	Pr = 0.000
Tipo de família com filhos – Monoparental mãe				
Brasil	11.37	23.03	12.89	Pr = 0.000
Rio Grande do Sul	10.71	34.70	12.54	Pr = 0.000

Fonte: Elaboração do autor com base PNAD (2013).**as outras variáveis da PNAD não foram analisadas, pois não estão de acordo com a faixa etária de análise.

Sobre a segurança alimentar apresentam-se algumas variáveis na Tabela 5. Quando é perguntado se os moradores tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poder comprar ou receber mais comida, no agregado nacional 29,9% das crianças vivem em lares que manifestaram esse receio, sendo

62,7% pobres. No Rio Grande do Sul foi inferior, sendo que 24% das crianças vivem em domicílio que afirmaram ter essa preocupação e 56,9% são pobres.

Outra indagação foi referente aos moradores que ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada. A nível do Brasil, 23,36% das crianças vivem em domicílio que responderam sim, sendo 55,5% pobres. No Rio Grande do Sul, 15,77% da população passa por esta situação, incluindo 44,66% de crianças pobres.

Quando se pergunta aos moradores se haviam comido apenas alguns alimentos que restaram porque o dinheiro acabou, as crianças menores de 6 anos do Rio Grande do Sul possuem uma média inferior a nacional, sendo 14,57%, enquanto a nacional foi de 21,37%. Dos pobres que responderam sim, 50,97% fazem parte do agregado nacional e 46,61% no Rio Grande do Sul.

Tabela 5 - Segurança alimentar e percepções de fome e falta de alimentos (%)

	Não-pobres		Total	
	Pobres			
	%	%	%	
Receio que os alimentos acabassem				
Brasil				Pr = 0.000
Sim	25.06	62.71	29.96	
Não	74.94	37.29	70.04	
Rio Grande do Sul				Pr = 0.000
Sim	21.30	56.93	24.02	
Não	78.70	43.07	75.98	
Alimentos terminaram antes de ter dinheiro				
Brasil				Pr = 0.000
Sim	16.71	50.98	21.17	
Não	83.29	49.02	78.83	
Rio Grande do Sul				Pr = 0.000
Sim	10.96	42.64	13.37	
Não	89.04	57.36	86.63	
Sem dinheiro para alimentação saudável				
Brasil				Pr = 0.000
Sim	18.55	55.51	23.36	
Não	81.45	44.49	76.64	
Rio Grande do Sul				Pr = 0.000
Sim	13.39	44.66	15.77	
Não	86.61	55.34	84.23	
Restrição alimentar por falta de dinheiro				
Brasil				Pr = 0.000
Sim	16.94	50.97	21.37	
Não	83.06	49.03	78.63	
Rio Grande do Sul				Pr = 0.000
Sim	11.93	46.61	14.57	
Não	88.07	53.39	85.43	

Fonte: Elaboração do autor com base PNAD (2013).

5.2. Estimação do modelo *logit*

Os resultados das estimações do modelo *logit* interpretados pela razão de chance OR mostram que, a nível nacional, as meninas têm uma chance 1,06 vezes maior de ser pobre do que os meninos. No entanto, no estado do Rio Grande do Sul as chances das meninas serem pobres diminuí. Um dado interessante é com respeito à raça, em que a nível nacional ser indígena ou preto tem menor chance de ser pobre do que os brancos que representa a categoria base. Mas, a nível de estado, no RS as crianças estarem nessas categorias aumenta as chances de serem pobres. Isso mostra uma caracterização específica das crianças pobres do estado.

Associado à estrutura do arranjo familiar nota-se que a chance da criança ser pobres é maior em famílias monoparentais compostas pela mãe e os filhos (1,6 nas categoria 6 e 8) comparativamente às famílias biparentais. A chance de estar na condição de pobreza nessas categorias é ainda muito maior para

o RS, chegando a ser a da família composta pela mãe e todos seus filhos menores de 14 anos 6,15 vezes maior do que em famílias de casal com filhos.

Por outro lado, o nível de escolaridade da pessoa de referência do domicílio mostra-se como fator de risco a nível nacional enquanto a nível estadual representa um fator de proteção. Isto é evidente já que abaixo do grau de instrução fundamental completo, as chances são maiores que um, no caso do Brasil. Entretanto, para o RS em todos os níveis de escolaridade, as chances das crianças serem pobres é menor do que aquelas com pessoas de referência do domicílio sem instrução.

Tabela 6 – Estimação regressão logit

VARIABLES	Coefficiente Brasil criança pobre	OR Brasil	Coefficiente RS criança pobre	OR RS
genero	0.0646*** (0.00215)	1.067***	-0.103*** (0.0149)	0.902***
2.raça	-0.907*** (0.0116)	0.404***	0.0745*** (0.0181)	1.077***
4.raça	-0.660*** (0.0122)	0.517***	0.0157 (0.0329)	1.016***
6.raça	-0.991*** (0.0302)	0.371***		
8.raça	-0.700*** (0.0115)	0.496***		
4.registro	0.387*** (0.00938)	1.472***		
6.registro	1.834*** (0.0787)	6.259***		
escola	-0.107*** (0.00228)	0.899***	-0.553*** (0.0174)	0.575***
3.familia	-0.919*** (0.00713)	0.399***	0.136* (0.0765)	1.145***
4.familia	0.171*** (0.00368)	1.186***	0.939*** (0.0250)	2.559***
6.familia	0.524*** (0.00284)	1.690***	1.818*** (0.0202)	6.157***
7.familia	-0.655*** (0.00648)	0.520***	0.385*** (0.0328)	1.469***
8.familia	0.482*** (0.00555)	1.619***	0.771*** (0.0317)	2.161***
10.familia	-0.496*** (0.00705)	0.609***	0.336*** (0.0478)	1.399***
11.familia	-0.467*** (0.00988)	0.627***		
np_domicilio	0.0237*** (0.000500)	1.024***	-0.145*** (0.00450)	0.865***
2.edu_p_ref	0.163*** (0.00302)	1.177***	-0.781*** (0.0253)	0.458***
3.edu_p_ref	0.0712*** (0.00415)	1.074***	-0.927*** (0.0313)	0.396*
4.edu_p_ref	-0.187*** (0.00515)	0.829***	-1.515*** (0.0396)	0.220***
5.edu_p_ref	-0.488*** (0.00410)	0.614***	-1.461*** (0.0346)	0.232***
6.edu_p_ref	-0.711*** (0.0122)	0.491***		
7.edu_p_ref	-1.824*** (0.0156)	0.161***		
8.edu_p_ref	0.240*** (0.0160)	1.271***		
4.tipo_dom	-0.205*** (0.00666)	0.815***	-0.782*** (0.0410)	0.457***
6.tipo_dom	-0.454*** (0.0150)	0.635***		
2.tipo_parede	-0.267*** (0.00371)	0.765***	-0.361*** (0.0173)	0.697***
3.tipo_parede	0.416***	1.516***		

	(0.00558)			
4.tipo_parede	0.232*** (0.00970)	1.262***	-2.630*** (0.0772)	0.072***
5.tipo_parede	-0.239*** (0.0414)	0.787***		
6.tipo_parede	0.0355** (0.0144)	0.036		
banheiro	-0.603*** (0.00390)	0.547***	-1.155*** (0.0594)	0.315***
2.des_lixo	0.178*** (0.00440)	1.195***	0.307*** (0.0298)	1.360***
3.des_lixo	0.457*** (0.00333)	1.580***	0.757*** (0.0310)	1.360***
4.des_lixo	-0.0596*** (0.00691)	0.942***		2.132***
5.des_lixo	-0.978*** (0.0267)	0.376***		
6.des_lixo	-0.265*** (0.0451)	0.767***		
2.agua_abast	-0.0376*** (0.00362)	0.963***	0.329*** (0.0321)	1.390***
3.agua_abast	0.452*** (0.0143)	1.571***		
4.agua_abast	0.676*** (0.00528)	1.966***		
5.agua_abast	0.648*** (0.00443)	1.911***		
6.agua_abast	0.666*** (0.00505)	1.947***		
seg_alimentar1	0.365*** (0.00380)	1.440***	0.522*** (0.0304)	1.685***
seg_alimentar2	0.168*** (0.00277)	1.182***	0.274*** (0.0221)	1.315***
seg_alimentar3	0.235*** (0.00314)	1.264***	0.00347 (0.0226)	1.003***
seg_alimentar4	0.0950*** (0.00286)	1.100***	0.806*** (0.0220)	2.239***
seg_alimentar5	0.209*** (0.00287)	1.232***	-0.139*** (0.0224)	0.870***
seg_alimentar6	0.239*** (0.00394)	1.270***	1.196*** (0.0286)	3.307***
seg_alimentar7	0.189*** (0.00398)	1.209***	0.747*** (0.0285)	2.110***
seg_alimentar8	0.0444*** (0.00493)	1.045***	-1.127*** (0.0494)	0.324***
seg_alimentar9	0.298*** (0.00508)	1.347***	-0.197*** (0.0550)	0.822***
seg_alimentar10	-0.111*** (0.00493)	0.895***	0.909*** (0.0330)	2.482***
Constant	-1.038*** (0.0133)		-0.814*** (0.0736)	
Observations	5,443,186		187,884	

Fonte: elaborado pelos autores

Nota: Standard errors in parentheses *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

A infraestrutura das moradias das crianças, por outro lado, mostrou a nível nacional alguns fatores que aumentam as chances da pobreza infantil, com todos os OR superior a um, como: o tipo de parede taipa não revestida (OR = 1,5) e madeira aproveitada (OR = 1,2) (categoria 3 e 4); o destino do lixo coletado indiretamente e queimado ou enterrado na propriedade, assim como o tipo de abastecimento de água sem rede de canalização interna, poço ou nascente e outras procedências.

Entre as condições de infraestrutura no Rio Grande do Sul que aumentam as chances das crianças serem pobres, chamou a atenção o destino do lixo jogado em terreno baldio ou logradouro. Crianças que vivem em domicílios com esse destino de lixo têm 2,1 vezes mais chance de serem pobres do que aquelas com coleta direta. O abastecimento de água de poço ou nascente também se mostrou como fator de risco

da condição de pobreza. Por outro lado, diferente do que no agregado nacional, no RS o tipo de paredes do domicílio para o estado representou um fator de proteção para a condição de pobreza.

Por fim, analisa-se a insegurança alimentar para o Brasil, em variáveis como, por exemplo, se os moradores tiveram preocupação de que os alimentos acabassem ou se algum morador menor de idade deixou de fazer uma refeição por causa da falta de dinheiro. Observa-se que em quase todas as variáveis analisada aumenta as chances das crianças serem pobres comparativamente com aqueles que não presenciam esse tipo de vulnerabilidades. Entre estas variáveis, a que aumenta mais as chances da condição de pobreza é quando no domicílio alguma vez o morador menor de idade sentiu fome e não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida (seg_alimentar9). Neste caso, a criança do domicílio que tenha sofrido essa privação aumenta 1,34 vezes as chances de ser pobre do que aquelas que não sofreram esse tipo de constrangimento.

N Rio Grande do Sul essa relação é diferente à apresentada a nível nacional, sendo que das dez variáveis de insegurança alimentar estudadas, só sete se mostram como fatores de risco. O que chama a atenção é que na variável que questiona se alguma vez um morador menor de 18 anos deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida aumenta 3,3 vezes a chance da criança ser pobre relativo àquelas cujo domicílio não apresentou esse tipo de privação. Essa razão de chance foi muito superior do que para o Brasil (OR =1,2). Portanto, apesar de que não todas as variáveis se mostraram fatores de risco, as que foram tiveram um OR maior do que em nível nacional.

6. Conclusões

As análises apresentadas neste estudo contribuíram na caracterização da pobreza na primeira infância. Primeiro, através de uma discussão teórica e de evidências científicas desde a economia, a psicologia e a neurociência foi possível identificar critérios associados à definição de pobreza infantil, sendo reconhecida como a privação da criança atingir seu potencial de desenvolvimento. Nessa definição existem questões que foram destacadas e que são importantes para a compreensão do tema, como:

- i) O caráter intertemporal do conceito, dada a complementariedade dinâmica e que pode se dar negativamente no sentido em que privações em uma dimensão em determinado tempo desencadeiam déficits em outras dimensões ao longo do tempo;
- ii) De igual forma, a pobreza na infância deve ser tratada como uma questão multidimensional, que apesar de aqui ter sido analisado variáveis monetárias da família da criança, as evidências mostram que o baixo status socioeconômico podem privar as crianças via efeito nas práticas parentais ou via efeito na redução de investimentos parentais para suprir necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde etc.
- iii) Associado ao anterior, a pobreza da primeira infância está muito ligada às condições da família, já que constitui o espaço mais imediato de dependência da criança. Como foi observado nos dados, a chance da criança ser pobre aumenta quando a família é monoparental, quando o domicílio apresentara precariedades nas condições de moradia, que inclui abastecimento de água, destino do lixo, tipo de paredes entre outros. Assim, é evidente que o status socioeconômico da família define tanto os fatores de risco como os fatores de proteção para o desenvolvimento infantil.

Na análise dos dados, percebeu-se diferenças a nível nacional e do Rio Grande do Sul, em especial, foi marcante o fato de ser no estado o tipo de família monoparental mãe com filhos menores a variável com maior chance de aumentar a condição de pobreza (OR = 6,1) comparado com o Brasil e inclusive com todas as outras variáveis analisadas. Além disso, as distinções por raça foram mais predominantes a nível estadual, sendo que as crianças pretas e indígenas são as que tem maior chance de serem pobres, o que não foi evidente para o Brasil no agregado.

Por fim, é interessante notar que algumas variáveis de insegurança alimentar apresentaram OR maiores no estado RS do que no Brasil, em especial, chamou a atenção, a questão de se um menor de 18

anos não comeu suficiente comida porque não tinha dinheiro para comprar. O OR nesta variável foi de 3,3, sendo a maior chance entre as outras variáveis analisada de insegurança alimentar e que foi, ao mesmo tempo, a segunda que imprime maior chance entre todo o conjunto de variáveis analisadas, depois do tipo de família monoparental.

Referências

- BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- BORGHANS, L. et al. The Economics and Psychology of Personality Traits. **Journal of Human Resources**, v. 43, n.4, p. 972-1059, 2008.
- BRADLEY, R.; CORWYN, R. Socioeconomic status and child development. **Annual Review of Psychology**, v. 53, p.371-399, Feb, 2002.
- COMIM, F. Operatiozalizing Sen's Capability Approach. 2001. In: CONFERENCE JUSTICE AND POVERTY: EXAMINING SEN'S CAPABILITY APPROACH. Cambridge 5-7 Jun. 2001.
- CORREA MACANA, E., COMIM, F. O papel das práticas e estilos parentais no desenvolvimento da primeira infância. In: PLUCIENNIK, G. A., LARAZZARI, M. C., CHICARO, M. F. **Fundamento da família como promotora do desenvolvimento infantil: parentalidade em foco**. 1 ed. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – FMCSV, 2015.
- CORREA MACANA, Esmeralda. O papel da família no desenvolvimento humano: o cuidado da primeira infância e a formação de habilidades cognitivas e socioemocionais. Tese de Doutorado, Porto Alegre, UFRGS, 2014.
- CUNHA, F.; HECKMAN, J. Capital Humano. In: ARAÚJO, Aloísio P. **Aprendizagem infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva**. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento nacional. Estudos estratégicos. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2011.
- DEATON, A. (1997) *The Analysis of Household Surveys: a microeconomic approach to development policy*. Baltimore and London: Johns Hopkins and the World Bank.
- DE SOUZA, P.H., SUARES, S.S. O benefício infantil universal: uma proposta de unificação do apoio monetário à infância. Texto para discussão 1636. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Situação Mundial da Infância**. Brasil: UNICEF 2008.
- FRASER, Mark. The ecology of childhood: a multisystem perspective. In: Fraser, Mark. **Risk and resilience in childhood: an ecological perspective**. National Assn of Social Workers Press, 1997.
- GARBARINO, J.; ABRAMOWITZ, R. The ecology of Human Development. In: GARBARINO, J. **Children and families in the social environment**. 2. ed. New York: Aldine de Gruyter, 1992a
- GRANTHAM-MCGREGOR, S. et al. Developmental potential in the first 5 years for children in developing countries. **Lancet**, v. 369, n. 9555, p. 60-70, Jan. 2007.
- HECKMAN, J. The case for investing in disadvantaged young children. In: First Focus (Ed.) **Big ideas for children: Investing in our nation's future**, p. 49-58. Washington, DC. 2008a.
- _____. Schools, Skills, and Synapses. **Economic Inquiry**, v. 46, n. 3, p. 289–324, July. 2008b
- HECKMAN, J. et al. The rate of return to the high/scope Perry Preschool Program. *Journal of Public Economics*, Elsevier, v. 94, n. 1-2, p. 114-128, Feb, 2010.
- HECKMAN, James J.; CONTI, Gabriella. *Economics of child well-being*. Chicago: 2014.

- HOSMER, D., LEMESHOW, S. **Applied Logistic Regression**. 2 ed. Canadá: John Wiley & Sons, Inc. 2000.
- HULME, David; SHEPERD, Andrew. Conceptualizing Chronic Poverty. *World Development*, vol. 31. n. 3, p. 403-423, 2003.
- MONTEIRO, F. et al., Bolsa Família: insegurança alimentar e nutricional de crianças menores de cinco anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, 1347-1357, 2014.
- McKay, Andrew; Lawson, David. **Chronic poverty**: a review of current quantitative evidence. paper n. 15. Manchester: University of Manchester, 2002.
- NUSSBAUM, M. **Creating Capabilities: The Human Development Approach**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.
- PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO – PNUD. Informe Nacional de Desarrollo Humano Panamá 2014. **El Futuro es ahora**: primera infancia, juventud y formación de capacidades para la vida. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Panamá: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2014.
- ROBEYNS, I. The Capability Approach: a theoretical survey. **Journal of Human Development**. v. 6, n. 1, p. 93-114, 2005.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001
- _____. Foreword. In: FUKUDA-PARR; KUMAR, Eds. *Readings in Human Development: Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm*. New York: United Nations Development Programme, 2003a.
- SCHOON, Ingrid. **Risk and resilience**: adaptations in changing times. Cambridge: Cambridge university Press, 2006
- SHONKOFF, J.; PHILLIPS, D. **From neurons to neighborhood**: the science of early childhood development. Washington: National Academy Press, 2000.
- SHORE, R. **Repensando o cérebro**: novas visões sobre o desenvolvimento inicial do cérebro. Tradução de Iara Regina Brazil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000. Título original: *Rethinking the brain*.